

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO I – O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO .....</b>	<b>29</b>
1. O QUE É MINISTÉRIO PÚBLICO? .....	29
1.1. Considerações Gerais.....	29
1.2. Fluxogramas .....	32
2. AS ORIGENS REMOTAS E PRÓXIMAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO OCIDENTAL..	33
2.1. Considerações gerais .....	33
2.2. Fluxograma.....	39
3. O PORQUE DOS USOS DOS TERMOS “MINISTÉRIO PÚBLICO” E “PARQUET” ....	39
3.1. Considerações gerais .....	39
3.2. Fluxograma.....	41
4. UMA BREVE HISTÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO .....	42
4.1. Considerações gerais .....	42
4.2. Fluxogramas .....	48
5. OS MODELOS DEMANDISTA E RESOLUTIVO DE ATUAÇÃO FUNCIONAL .....	48
5.1. Considerações gerais .....	48
5.2. Fluxograma.....	51
6. O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1988 .....	51
6.1. O Estatuto Jurídico do Ministério Público brasileiro na Constituição da República de 1988.....	51
6.1.1. Considerações gerais .....	51
6.1.2. Fluxograma .....	52
6.2. O Ministério Público como Integrante do Núcleo Imodificável da Constituição da República de 1988 .....	52
6.2.1. Considerações gerais .....	52
6.2.2. Fluxograma .....	54
6.3. Os Princípios Institucionais do Ministério Público brasileiro.....	54
6.3.1. Considerações gerais .....	54
6.3.2. Fluxograma .....	56
6.4. Os vários Ministérios Públicos Brasileiros .....	57

## SUMÁRIO

6.4.1. Considerações gerais. O problema da unidade e da indivisibilidade entre Ministérios Públicos diversos.....	57
6.4.2. Fluxograma .....	58
7. ALGUNS APONTAMENTOS À LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (LEI N. 8.625/93 – LONMP) .....	58
8. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	62
• Gabarito.....	63
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
<b>CAPÍTULO II – O INQUÉRITO CIVIL.....</b>	<b>67</b>
1. O INQUÉRITO CIVIL: ORIGEM HISTÓRICA E RAZÃO DE SER.....	67
1.1. Considerações gerais .....	67
1.2. Fluxogramas .....	69
2. DAS NORMAS PERTINENTES AO INQUÉRITO CIVIL.....	70
2.1. Considerações gerais .....	70
2.2. Fluxograma.....	71
3. O CONCEITO DE INQUÉRITO CIVIL .....	72
4. A NATUREZA JURÍDICA DO INQUÉRITO CIVIL.....	72
5. A NOMENCLATURA CORRETA.....	73
6. AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO INQUÉRITO CIVIL.....	74
6.1. Considerações gerais .....	74
6.2. Fluxograma.....	78
7. O OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL.....	78
7.1. Considerações gerais .....	78
7.2. Fluxograma.....	80
8. DA INSTAURAÇÃO E CONDUÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL.....	80
8.1. Considerações gerais .....	80
8.2. Modelo de Portaria de instauração de inquérito civil.....	84
8.3. Modelo de Termo de Compromisso de Secretário em inquérito civil.....	85
8.4. Modelo de decisão administrativa de indeferimento de instauração de inquérito civil .....	85
9. DO CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....	86
10. O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS E A TRANSAÇÃO.....	87
10.1. Considerações gerais .....	87
10.2. Fluxograma.....	90

11. O COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS E AS SÚMULAS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS .....	90
12. A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO CIVIL .....	92
12.1. Considerações gerais .....	92
12.2. Fluxograma.....	93
13. ALGUNS ASPECTOS ACERCA DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL .....	93
13.1. Considerações gerais .....	93
13.2. Fluxogramas .....	96
13.3. Modelo de Promoção de Arquivamento .....	96
14. A REABERTURA DO INQUÉRITO CIVIL.....	98
14.1. Considerações gerais .....	98
14.2. Fluxograma.....	100
15. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	100
• Gabarito.....	102
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
<b>CAPÍTULO III – A ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA. 105</b>	
1. INTRODUÇÃO .....	105
1.1. Considerações gerais .....	105
1.2. Fluxograma.....	108
2. DO AGIR CIVIL: A ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA 108	
2.1. Noções Gerais. Tipologia (atuação como órgão agente e como órgão interveniente). Poderes Instrutórios. Produção de provas. Perícias. Prazos para manifestação. Intimações. Negócios jurídicos processuais. Forma de atuação em outros graus de jurisdição. Natureza jurídica da atuação .....	108
2.2. Fluxogramas .....	118
3. DO AGIR CIVIL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS E DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS.....	119
3.1. Conceito, tipologia e atribuições das Promotorias de Justiça. Conceito de Comarca e de Vara Judicial .....	119
3.1.1. Conflitos de atribuições entre Promotorias de Justiça.....	122
3.1.2. Fluxogramas .....	125
4. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO AGENTE.....	127
4.1. Considerações gerais. Legitimação do Ministério Público (ordinária, extraordinária ou autônoma). Tipologia da atuação. Princípios da atuação. Desistência da ação por parte do Ministério Público.	

Obrigação de assumir a�oes coletivas ou a�oes populares em que haja abandono ou desistência injustificada.....	127
4.1.1. Fluxogramas .....	132
4.2. A�oes coletivas.....	133
4.2.1. Breve delineamento doutrinário do conceito de a�ao coletiva .....	133
4.2.2. Fluxogramas .....	136
5. DA ATUA�AO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS NA DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS.....	136
5.1. Da Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrim�nio Público.....	136
5.1.1. Considera�oes gerais sobre a defesa do Patrim�nio Público e seu conceito. Aspectos gerais da Lei n. 8.429/92 e as a�oes nela previstas.....	136
5.1.1.1. Fluxogramas.....	138
5.1.2. A prote�ao ao patrim�nio público e � moralidade administrativa como direito fundamental do cidadão brasileiro..	139
5.1.2.1. Fluxograma.....	140
5.1.3. Da a�ao coletiva prevista no art. 16 da Lei n. 8.429/92. Dos pedidos cautelares incidentais. Dos requisitos para a concessão das medidas cautelares em casos de improbidade administrativa.....	140
5.1.3.1. Fluxograma.....	145
5.1.4. Da a�ao coletiva prevista no art. 17 da Lei n. 8.429/92. Diferenças com a a�ao coletiva da Lei n. 7.347/85 (‘a�ao civil pública). Aspectos processuais.....	146
5.1.4.1. Fluxograma.....	150
5.1.5. Da a�ao coletiva prevista no art. 18 da Lei n. 8.429/92. Da legitimidade do Ministério Público para a prote�ao do patrim�nio público brasileiro. Da imprescritibilidade da a�ao de repara�ao de danos. Da aplicaçao analógica das normas do microsistema de defesa coletiva apenas <i>pro societatis</i> . Da impossibilidade de aplicaçao do prazo prescricional da a�ao popular � a�ao de repara�ao de danos.....	150
5.1.5.1. Fluxogramas.....	155
5.1.6. As a�oes coletivas e a declara�ao incidental de inconstitucionalidade.....	156
5.1.6.1. Fluxograma.....	157
5.1.7. Observa�oes finais. Da prote�ao extrajudicial do patrim�nio público por parte do Ministério Público. Da instru�ao de feitos ...	157
5.1.7.1. Fluxogramas.....	159

5.1.8.	Modelos .....	159
5.1.8.1.	Modelo de ação de improbidade administrativa por desobediência a ordem judicial.....	159
5.1.8.2.	Modelo de ação de reparação de danos .....	162
5.1.8.3.	Modelo de denúncia criminal contra ex-prefeito, por infração à Lei de licitações.....	168
5.1.8.4.	Modelo de quebra de sigilo fiscal e bancário.....	169
5.1.8.5.	Modelo de petição inicial de quebra de sigilo telefônico.....	172
5.1.8.6.	Modelo de Recomendação em matéria de patrimônio público.....	176
5.1.8.7.	Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas para a regularização da contratação temporária municipal.....	177
5.2.	Da Promotoria de Justiça Especializada no Controle Externo da Atividade Policial .....	181
5.2.1.	Considerações gerais. Controle externo e controle interno. Previsões constitucionais e legais. Objeto do Controle. Controle difuso e concentrado. Finalidades. Competências estadual e federal. Diferença com o Promotor de Justiça oficiante perante a Justiça Militar.....	181
5.2.2.	Fluxogramas .....	184
5.2.3.	Modelos .....	185
5.2.3.1.	Modelo de Ação de improbidade contra policial civil....	185
5.2.3.2.	Modelo de denúncia criminal pela prática de delito de tortura .....	190
5.3.	A Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde.....	192
5.3.1.	Âmbito de atuação .....	192
5.3.2.	Fluxogramas .....	196
5.3.3.	Modelos .....	198
5.3.3.1.	Modelo de ação de obrigação de fazer contra Município .....	198
5.3.3.2.	Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas firmado com hospital.....	202
5.3.3.3.	Modelo de Recomendação Administrativa, em Matéria de Saúde, ao Município .....	204
5.4.	Da Promotoria especializada na tutela das fundações.....	205
5.4.1.	Considerações gerais .....	205
5.4.2.	Fluxograma .....	206
5.4.3.	Modelos .....	206

5.4.3.1.	Modelo de ação para a extinção de fundação .....	206
5.4.3.2.	Modelo de ação para a extinção de associação .....	209
5.4.3.3.	Modelo de parecer para aprovação de alteração de estatuto de Fundação Privada.....	211
5.4.3.4.	Modelo de parecer pela não aprovação de estatuto de Fundação Privada .....	212
5.5.	Da Promotoria Especializada na Defesa do Consumidor .....	213
5.5.1.	Considerações gerais. Os três campos de defesa do consumidor: administrativo, civil e penal. Os campos de atuação do Ministério Público para a defesa do consumidor .....	213
5.5.1.1.	Fluxogramas.....	214
5.5.2.	A defesa administrativa do consumidor por parte do Ministério Público. O processo administrativo presidido por Promotor de Justiça. Diferença com o inquérito civil.....	214
5.5.2.1.	Fluxograma.....	216
5.5.3.	A defesa civil do consumidor em Juízo. A legitimidade ativa ad causam do Ministério Público para a defesa de consumidores em Juízo. A questão dos interesses individuais homogêneos. Os megaconflitos e a necessidade de utilização do processo coletivo para solvê-los.....	216
5.5.3.1.	Fluxogramas.....	220
5.5.4.	A defesa penal do consumidor.....	221
5.5.4.1.	Fluxograma.....	223
5.5.5.	Modelos .....	224
5.5.5.1.	Modelo de ação coletiva com pedido de obrigação de fazer e não fazer e de condenação por dano moral coletivo.....	224
5.5.5.2.	Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas.....	227
5.5.5.3.	Modelo de denúncia criminal em crime contra as relações de consumo.....	229
5.5.5.4.	Modelo de decisão administrativa do Procon Estadual/Ministério Público.....	230
5.6.	Da Promotoria Especializada na Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e do Urbanismo.....	232
5.6.1.	A defesa do Meio ambiente: considerações gerais. Principais normas aplicáveis. Previsão constitucional. Conceito de Meio Ambiente, de degradação ambiental, de poluição e de poluidor. Principais princípios ambientais.....	232
5.6.1.1.	Fluxograma.....	235

5.6.2.	O papel do Promotor de Justiça na proteção do meio ambiente....	236
5.6.2.1.	Fluxograma.....	237
5.6.3.	A defesa penal e a defesa civil do meio ambiente pelo Ministério Público. Dos instrumentos jurídicos de reparação do dano. Da conveniência da utilização, em substituição ao compromisso de ajustamento de condutas, da prévia composição do dano ambiental, pressuposto de proposta de transação penal em crimes contra o meio ambiente .....	237
5.6.3.1.	Fluxograma.....	239
5.6.4.	A transação penal em delitos ambientais: da necessidade de imposição em delitos “difusos” de penalidades que tenham caráter eminentemente coletivo e educativo .....	239
5.6.4.1.	Fluxograma.....	242
5.6.5.	Das promotorias especializadas na defesa do urbanismo e do patrimônio histórico .....	242
5.6.5.1.	Fluxogramas.....	243
5.6.6.	Modelos .....	244
5.6.6.1.	Modelo de ação de improbidade administrativa ambiental .....	244
5.6.6.2.	Modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas.....	248
5.6.6.3.	Modelo de denúncia em crime ambiental.....	251
5.7.	Da Promotoria Especializada na Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos .....	252
5.7.1.	Considerações gerais .....	252
5.7.2.	Fluxograma .....	254
5.7.3.	Modelos .....	254
5.7.3.1.	Modelo de medida de proteção em favor de idoso .....	254
5.7.3.2.	Modelo de compromisso de ajustamento de condutas para assegurar acessibilidade .....	257
5.8.	Da Promotoria Especializada na Defesa da Ordem Econômica e Tributária .....	259
5.8.1.	Considerações gerais .....	259
5.8.2.	Fluxograma .....	261
5.8.3.	Modelos .....	261
5.8.3.1.	Modelo de ação civil pública em face de cartel.....	261
5.8.3.2.	Modelo de denúncia em crime contra a ordem tributária .....	269
5.9.	Da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos, de Apoio Comunitário e de Conflitos Agrários .....	270

5.9.1. Considerações Gerais.....	270
5.9.2. Fluxogramas .....	271
5.9.3. Modelos .....	272
5.9.3.1. Modelo de recomendação (revista íntima cadeia pública).....	272
6. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO ÓRGÃO INTERVENIENTE .....	275
6.1. Considerações gerais. Tipologia da atuação. Natureza jurídica da atuação. Poderes processuais e seus limites. Ausência de intimação para a intervenção: nulidade processual. As hipóteses de intervenção previstas no art. 178 do CPC e suas particularidades. A cessação posterior da hipótese de intervenção. Vinculação ou desvinculação da atuação pela presença de incapaz. O desacordo do magistrado com a não intervenção. O <b>error in procedendo</b> da manifestação do Ministério Público antes da apreciação de pedidos liminares. Algumas inovações do novo CPC em matéria de intervenção ministerial. Outras hipóteses de intervenção .....	275
6.1.1. Fluxogramas .....	288
6.2. A racionalização da atuação do Ministério Público .....	292
6.2.1. Fluxogramas .....	296
6.3. Modelos.....	296
6.3.1. Modelo de parecer pela não homologação de acordo em ação de alimentos.....	296
6.3.2. Modelo de parecer em ação de alimentos (revelia).....	298
6.3.3. Modelo de Parecer em ação anulatória de casamento .....	299
6.3.4. Modelo de parecer em ação de divórcio .....	300
6.3.5. Modelo de parecer em interdição .....	301
6.3.6. Modelo de parecer em usucapião extraordinário .....	302
6.3.7. Modelo de parecer em mandado de segurança em caso de sanção política.....	304
6.3.8. Modelo de parecer em ação de investigação de paternidade.....	305
6.3.9. Modelo de parecer em ação de modificação guarda .....	306
6.3.10. Modelo de parecer em pedido de alteração de prenome.....	308
6.3.11. Modelo de parecer em pedido de inventário negativo.....	310
6.3.12. Modelo de parecer em pedido de alvará para a venda de veículo. ....	311
6.3.13. Modelo de parecer final em ação de reconhecimento de paternidade <i>post mortem</i> .....	312
6.3.14. Modelo de requerimento de prisão civil de devedor de alimentos .....	314
6.3.15. Modelo de parecer final em pedido de alteração de regime de bens .....	315



6.3.16. Modelo de parecer final em ação de responsabilidade civil movida por incapaz .....	318
7. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	325
• Gabarito.....	326
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	327
<b>CAPÍTULO IV – A ATUAÇÃO PROCESSUAL PENAL DO PROMOTOR DE JUSTIÇA .....</b>	<b>333</b>
1. FASE PRÉ-PROCESSUAL.....	333
1.1. Inquérito Policial e termo circunstanciado .....	333
1.1.1. Prisão em flagrante.....	333
1.1.2. Prisão temporária .....	335
1.1.3. Medidas Protetivas da Lei Maria da Penha .....	335
1.1.4. Busca e apreensão, interceptação telefônica e quebra de sigilo de dados .....	336
1.1.5. Prorrogação de Prazo .....	337
1.1.6. Requisição de novas diligências.....	338
1.1.7. Arquivamento .....	338
1.1.8. Fluxograma do arquivamento.....	339
1.1.9. Resumo das principais hipóteses de manifestação do Promotor de Justiça na fase pré-processual .....	339
1.2. Investigação a cargo do Ministério Público.....	340
1.2.1. Fundamento legal.....	340
1.2.2. Posição jurisprudencial .....	341
1.2.3. Hipóteses .....	342
1.2.4. Regulamentação – A Resolução 181 CNMP.....	342
1.2.5. Passo a passo da instauração de procedimento de investigação pelo Promotor de Justiça.....	349
2. FASE PROCESSUAL.....	356
2.1. Denúncia.....	357
2.1.1. Conceito e natureza jurídica .....	357
2.1.2. Objetivo.....	357
2.1.3. Terminologia .....	357
2.1.4. Estrutura e requisitos.....	358
2.1.5. Passo a passo para a confecção da denúncia.....	362
2.1.6. Outros requisitos.....	362
2.1.7. Cota introdutória.....	363
2.1.8. Maneira de juntada aos autos .....	363

2.1.9. Prazo para oferecimento.....	364
2.1.10. Espécies de imputação.....	365
2.1.10.1. Denúncia genérica.....	365
2.1.10.2. Denúncia alternativa.....	367
2.1.10.3. Denúncia implícita.....	369
2.1.10.4. Denúncia com imputações cumulativas.....	369
2.1.11. Aditamento à denúncia.....	370
2.1.11.1. Momento oportuno.....	370
2.1.11.2. Espécies de aditamento.....	370
2.1.11.3. Efeitos – interrompimento da prescrição?.....	371
2.1.11.4. Procedimento.....	372
2.1.11.5. Passo a passo do aditamento próprio.....	373
2.1.12. Rejeição da denúncia.....	373
2.1.12.1. Inépcia.....	373
2.1.12.2. Falta de pressuposto processual.....	373
2.1.12.3. Falta de condição da ação.....	374
2.1.12.4. Falta de justa causa.....	375
2.1.13. Denúncias mais comuns no dia a dia do Promotor de Justiça.....	375
2.1.13.1. Denúncia em crime culposo.....	375
2.1.13.2. Denúncia em crime tentado.....	376
2.1.13.3. Denúncia em concurso de crimes.....	377
2.1.13.4. Denúncia em concurso de agentes.....	378
2.1.13.5. Denúncia em crime de homicídio.....	379
2.1.13.6. Denúncia em crime de lesão corporal.....	379
2.1.13.7. Denúncia em crime de furto.....	380
2.1.13.8. Denúncia em crime de roubo.....	380
2.1.13.9. Denúncia em crime de estelionato.....	381
2.1.13.10. Denúncia em crime de estupro.....	381
2.1.13.11. Denúncia em crime de desacato.....	384
2.1.13.12. Denúncia em crime de tráfico de drogas.....	384
2.1.13.13. Denúncia em crime de embriaguez ao volante.....	385
2.1.13.14. Denúncia em crime posse ou porte de arma de fogo.....	385
2.1.13.15. Denúncia em crime de corrupção de menor de 18 anos.....	385
2.1.14. Recebimento da denúncia.....	386
2.1.14.1. Hipóteses.....	386
2.1.14.2. Momento adequado.....	387

## SUMÁRIO

2.1.14.3. Necessidade de fundamentação.....	387
2.1.14.4. Efeitos do recebimento .....	388
2.1.14.5. Recurso .....	388
2.2. Citação.....	401
2.2.1. Passo a passo para localização do réu.....	403
2.2.2. Fluxograma de citação por edital .....	403
2.3. Resposta escrita à acusação.....	404
2.4. Absolvição sumária.....	404
2.4.1. Fluxograma da absolvição sumária .....	408
2.5. Audiência de instrução, debates e julgamento .....	408
2.6. Procedimento sumário.....	431
2.6.1. Fluxogramas comparativos procedimentos ordinário e sumário .	432
2.7. Procedimento sumaríssimo .....	434
2.7.1. Considerações gerais .....	434
2.7.2. Fases.....	437
2.7.2.1. Fase preliminar.....	438
2.7.2.2. Fase judicial .....	442
2.7.3. Fluxograma do procedimento sumaríssimo.....	444
2.8. Suspensão condicional do processo.....	445
2.8.1. Introdução .....	445
2.8.2. Requisitos .....	447
2.8.3. Crimes ambientais .....	448
2.8.4. Momento de implantação do benefício.....	449
2.8.5. Condições.....	449
2.8.6. Hipóteses de revogação .....	450
2.8.7. Decurso do período de prova.....	451
2.8.8. Desclassificação e procedência parcial da pretensão punitiva.....	451
2.9. Procedimento dos crimes dolosos contra a vida .....	452
2.9.1. Sumário da culpa .....	453
2.9.2. Juízo da causa.....	455
2.9.2.1. Preparação dos trabalhos .....	456
2.9.2.2. Sessão de julgamento.....	456
2.9.2.2.1. Instalação da sessão .....	456
2.9.2.2.2. Formação do Conselho de Sentença.....	457
2.9.2.2.3. Instrução .....	459
2.9.2.2.4. Debates .....	459
2.9.2.2.5. Julgamento.....	460

SUMÁRIO

2.9.2.2.6.	Roteiro juízo da causa.....	460
2.9.3.	Desaforamento .....	462
2.9.4.	Dicas práticas .....	463
2.9.4.1.	Estudo detalhado dos autos.....	463
2.9.4.2.	Explicação dos quesitos .....	463
2.9.4.3.	Explicação das consequências do veredicto .....	463
2.9.4.4.	Identificar e combater as falácias.....	464
2.9.4.5.	Ir à réplica, em regra .....	464
2.9.4.6.	Acusar sem humilhar .....	465
2.9.4.7.	Traçar o perfil da vítima e do réu .....	465
2.9.4.8.	Explorar as contradições do réu .....	465
2.10.	Recursos .....	465
2.10.1.	Teoria Geral dos Recursos .....	466
2.10.2.	Princípios aplicáveis .....	466
2.10.3.	Pressupostos recursais .....	471
2.10.3.1.	Pressupostos recursais subjetivos .....	472
2.10.3.2.	Pressupostos recursais objetivos .....	473
2.10.4.	Efeitos recursais.....	477
2.10.5.	Recursos em espécie.....	478
2.10.5.1.	Recurso em sentido estrito.....	479
2.10.5.1.1.	Hipóteses de cabimento .....	480
2.10.5.1.2.	Efeitos.....	481
2.10.5.1.3.	Processamento .....	481
2.10.5.2.	Apelação .....	482
2.10.5.2.1.	Hipótese de cabimento.....	483
2.10.5.2.2.	Efeito .....	483
2.10.5.2.3.	Processamento .....	484
2.10.5.3.	Embargos de declaração.....	485
2.10.5.3.1.	Hipótese de cabimento.....	485
2.10.5.3.2.	Efeito .....	485
2.10.5.3.3.	Processamento .....	486
2.10.5.4.	Carta testemunhável .....	487
2.10.5.5.	Correição parcial.....	487
2.10.5.6.	Agravo em execução .....	488
2.10.5.7.	Recursos na prática .....	489
2.10.5.7.1.	Como estruturar e redigir.....	489
2.10.5.7.2.	Terminologia .....	491

2.10.5.7.3. Como identificar o recurso correto.....	491
2.10.5.7.4. Passo a passo para identificação do recurso correto .....	492
2.10.5.7.5. O cuidado com os prazos.....	493
2.10.5.7.6. Uso de MS para efeito suspensivo .....	493
2.11. Provimentos cautelares .....	508
2.11.1. Introdução .....	508
2.11.2. Classificação.....	510
2.11.3. Provimentos cautelares de natureza pessoal.....	511
2.11.3.1. Espécies .....	511
2.11.3.2. Pressupostos e Requisitos .....	512
2.11.3.3. Legitimidade e imposição de ofício .....	513
2.11.3.4. Necessidade de contraditório .....	514
2.11.3.5. Não cabimento de cautelares pessoais.....	514
2.11.3.6. Revogação, substituição e reforço .....	514
2.11.3.7. Recursos à disposição do MP.....	516
2.12. Prisão Preventiva.....	516
2.12.1. Noções iniciais.....	516
2.12.3. Requisitos .....	517
2.12.3.1. Pressupostos (CPP, art. 312, parte final) .....	518
2.12.3.2. Fundamentos (CPP, art. 312, primeira parte).....	519
2.12.3.3. Condições de admissibilidade (CPP, art. 313).....	522
2.12.3.4. Momento da decretação .....	524
2.12.3.5. Prazo e excesso de prazo.....	525
2.13. Prisão domiciliar.....	525
3. EXECUÇÃO PENAL.....	526
3.1. Introdução .....	526
3.2. Natureza Jurídica.....	526
3.3. Garantias processuais.....	527
3.4. O sistema de meritocracia na execução .....	528
3.5. A Comissão Técnica de Classificação e sua importância.....	529
3.6. Sujeitos.....	531
3.7. Atribuições do Ministério Público.....	534
3.8. O início da execução e competência .....	535
3.9. Penas e estabelecimentos penais adequados.....	536
3.10. Progressão e regressão de regimes .....	544

## SUMÁRIO

3.11. Saídas do estabelecimento penal .....	554
3.12. A remição .....	556
3.13. Livramento condicional.....	560
4. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	565
• Gabarito.....	567

## **CAPÍTULO V – A ATUAÇÃO DO PROMOTOR DE JUSTIÇA**

<b>NA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....</b>	<b>569</b>
1. INTRODUÇÃO .....	569
2. CONFLITO COM A LEI .....	570
2.1. Criança em conflito com a lei.....	570
2.2. Adolescente em conflito com a lei.....	570
2.2.1. Fase preliminar .....	571
2.2.1.1. Fase preliminar policial .....	571
2.2.1.2. Fase preliminar ministerial.....	573
2.2.2. Fase judicial .....	584
2.2.2.1. Recebimento da representação .....	584
2.2.2.2. Audiência de apresentação.....	585
2.2.2.3. Defesa .....	585
2.2.2.4. Audiência em continuação.....	586
2.2.2.5. Intimação da sentença.....	590
2.2.2.6. Recursos .....	590
2.2.2.7. Fluxograma do procedimento para apuração de ato infracional.....	592
2.2.2.8. Quadro de prazos.....	595
3. SITUAÇÃO DE RISCO .....	595
4. QUESTÕES DE CONCURSOS .....	599
• Gabarito.....	602